

címbal

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO BAIXO ALENTEJO

Relatório de Atividades e Contas

2011



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ÍNDICE

Apresentação

1. Gestão do QREN / Contratualização

2. Planeamento / Programa de Acções

3. Informação / Comunicação e Promoção

4. Outras iniciativas supramunicipais

5. Contas

Apresentação

De acordo com a lei 45/2008 de 27 de Agosto, as Associações de Municípios foram obrigadas a constituir-se em Comunidades Intermunicipais, afim de procederem à gestão efectiva dos fundos comunitários destinados às Autarquias Locais, respeitantes às sub-regiões do Programa Operacional Regional / INALENTEJO, processo este que está a decorrer.

Neste contexto foi aprovada a constituição da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo – CIMBAL ainda no final do ano de 2008, foram publicados os seus estatutos em 20 de Agosto de 2009, a instalação dos seus órgãos deliberativo e executivo ocorreu em 2010, tendo entrado definitivamente em funcionamento a partir de 1 de abril de 2011.

Com vista à entrada em funcionamento da CIMBAL em abril de 2011, foi necessário desenvolver alguns procedimentos dos quais damos conta, designadamente ao nível do pessoal e aquisições fundamentais ao funcionamento da Comunidade:

Transição de Pessoal para a CIMBAL

No âmbito do mapa de pessoal aprovado em 21 de Dezembro e com o início da atividade da CIMBAL, a partir do mês de Abril de 2011, conforme deliberação do Conselho Executivo de 14 de Fevereiro de 2011, o pessoal da AMBAAL transitou

para a CIMBAL nos seguintes termos: - Mobilidade Interna; -
- Acordo de Cedência; - novos Contratos de Prestação de
Serviços; - abertura de Procedimentos Concurrais para
contratação por tempo determinado - 3 lugares de Técnicos
Superiores das áreas de Engenharia Agro-florestal /
Desenvolvimento Rural, Sociologia / Planeamento e
Ordenamento do Território e Engenharia Civil.

Logótipo

Para a criação de um Logótipo para a Comunidade, foi
lançado um Concurso de Ideias, tendo sido apresentados 25
trabalhos. O vencedor foi o trabalho apresentado pelo Senhor
Pedro do Rosário, cujo prémio foi no valor de 500.00€.

Aquisição de Equipamentos

Procedeu-se à aquisição de uma viatura através de contrato
de aluguer operacional de viatura com a Lease Plan Portugal –
Comércio e aluguer de Automóveis e Equipamentos
Unipessoal. Ld^a. O contrato envolve um encargo total no
montante de 14.464,32€, ao qual acresce IVA à taxa legal,
será pago em 48 prestações mensais no valor de 301,34€
valor ao qual acresce o IVA. Sendo o valor residual da opção
de compra de 10.000,00€.

Procedeu-se à aquisição através de ajuste direto simplificado
de um PC Portátil no valor de 409.00€ (IVA incluído), um
armário (424,58€ + IVA) e 3 máquinas de calcular (78,75 +
IVA).

Aquisição de Software Aplicacional

Foi adquirido software aplicacional, mediante a realização de ajuste direto, nos termos do art.º 112.º e seguinte do CCP e subjacente à alínea a) do n.º 1 do art.º 20.º do mesmo diploma, nomeadamente: POCAL, Vencimentos, Património, Gestão Administrativa e Contrato de Assistência anual, permitindo o tratamento global da informação de acordo com as necessidades específicas da CIMBAL. Para este procedimento, o preço foi de 6 440,00€ (seis mil quatrocentos e quarenta euros), valor que acresce IVA à taxa legal. Tendo sido o mesmo adjudicado à Empresa Medidata.

A CIMBAL durante ano de 2011 desenvolveu os seguintes objetivos gerais:

- 1. Gestão do QREN / Contratualização**
- 2. Planeamento / Programa de Ações**
- 3. Informação / Comunicação e Promoção**
- 4. Outras iniciativas supramunicipais**

1. Gestão do QREN / Contratualização

1.1 Contextualização / Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global

O Contrato celebrado decorre dos termos previstos no DL 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo DL 74/2008, de 22 de Abril, através do seu artigo 64.º, número 2, em conformidade com o princípio de subsidiariedade plasmado no artigo 61.º, número 9 e, também, do DL 68/2008, de 14 de Abril, para além do observado pelas Orientações para a contratualização com subvenção global emitidas pela Comissão Ministerial de Coordenação dos PO Regionais.

O Contrato concede à região do Baixo Alentejo, um apoio financeiro comunitário (FEDER) no montante de 44,9 milhões de euros.

Em 2011 a posição contratual foi cedida pela AMBAAL à CIMBAL, com avocação por esta última de todas as competências e responsabilidades inerentes à gestão da Contratualização.

Foi ainda aprovado o Segundo Memorando de Entendimento entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo Português, o qual implementou um conjunto de medidas por forma a Promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do QREN.

Desse conjunto de medidas destacaram-se aquelas que a AMBAAL e a CIMBAL defenderam junto das entidades competentes e em fórum próprio, designadamente a aplicação em 2011 do aumento das taxas de cofinanciamento para 80% no âmbito dos POR e respetiva bonificação, para 85%, da taxa de cofinanciamento das despesas executadas e apresentadas em 2011, para além do apoio ao financiamento da contrapartida pública nacional dos projetos de iniciativa municipal, através do Empréstimo Quadro do Banco Europeu de Investimento (BEI), no âmbito do QREN.

Esse conjunto de medidas possibilitou aos Municípios associados da CIMBAL um incremento no número de operações aprovadas e em particular, no aumento da taxa de execução, com um significativo incremento de pagamentos de incentivos aos Beneficiários, conforme representado em detalhe no ponto seguinte.

Na sequência da implementação das iniciativas decorrentes do Segundo Memorando foi ainda acordada a alteração à programação inicial por Eixo, que resultou no seguinte Plano Financeiro:

Eixo	2008/2010	2011/2013	2008/2013
1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento	5.200.000 €	3.000.000 €	8.200.000 €
2 – Desenvolvimento Urbano	900.000 €	300.000 €	1.200.000 €
3 – Conectividade e Articulação Territorial	14.000.000 €	8.500.000 €	22.500.000 €
4 - Qualificação Ambiental e Valorização do Espaço Rural	5.500.000 €	1.500.000 €	7.000.000 €
5 – Governação e Capacitação Institucional	2.000.000 €	4.000.000 €	6.000.000 €

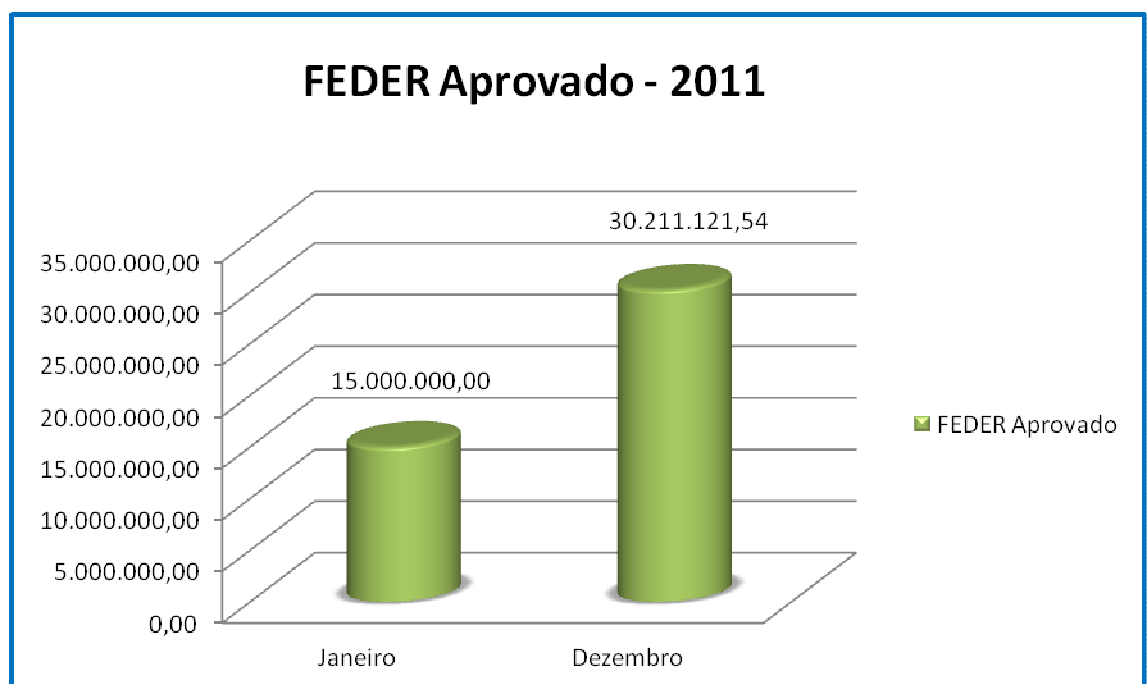
Essa alteração, ao abrigo da Iniciativa 5 – Flexibilização da utilização das dotações contratualizadas, foi realizada em Julho de 2011, através de Adenda ao Contrato celebrada entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e a CIMBAL.

1.2 Ponto de Situação das Candidaturas

Com setenta e cinco operações aprovadas correspondente a um apoio FEDER aprovado superior a 30 milhões de euros, o ano de 2011 representa claramente um alavancar na execução dos investimentos dos Municípios do Baixo Alentejo.

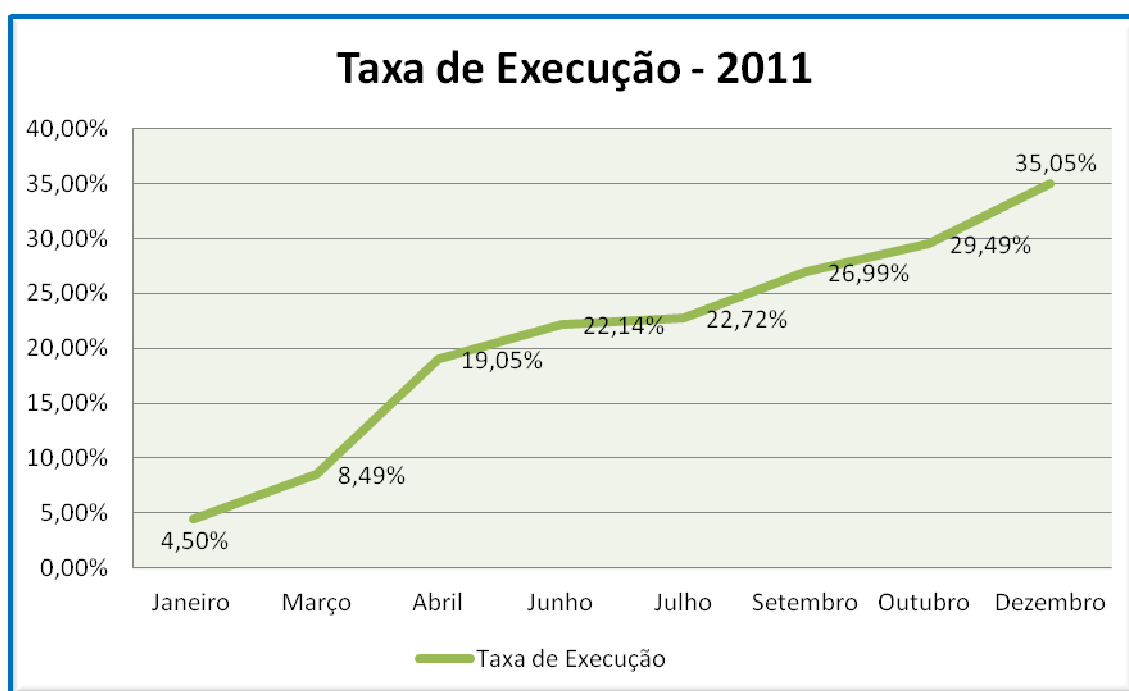
Seguidamente reportam-se os dados mais relevantes da atividade do Gabinete de Contratualização da CIMBAL e do seu contributo para os resultados apurados em Dezembro.

Foram aprovadas em 2011 quarenta e cinco (45) operações significando este facto o aumento para o dobro do apoio FEDER aprovado, passando de 15 milhões de euros aprovados em Janeiro para mais de 30 milhões de euros em Dezembro.



A estes valores soma-se também, por força da estreita colaboração entre o Gabinete de Contratualização e os Municípios (sublinha-se aqui o extraordinário esforço desenvolvido por estas entidades atendendo ao contexto económico presente) um crescimento muito assinalável e até notável da taxa de execução/validação entre Janeiro e Dezembro, passando de 4,50% em Janeiro para 35,05% em Dezembro.

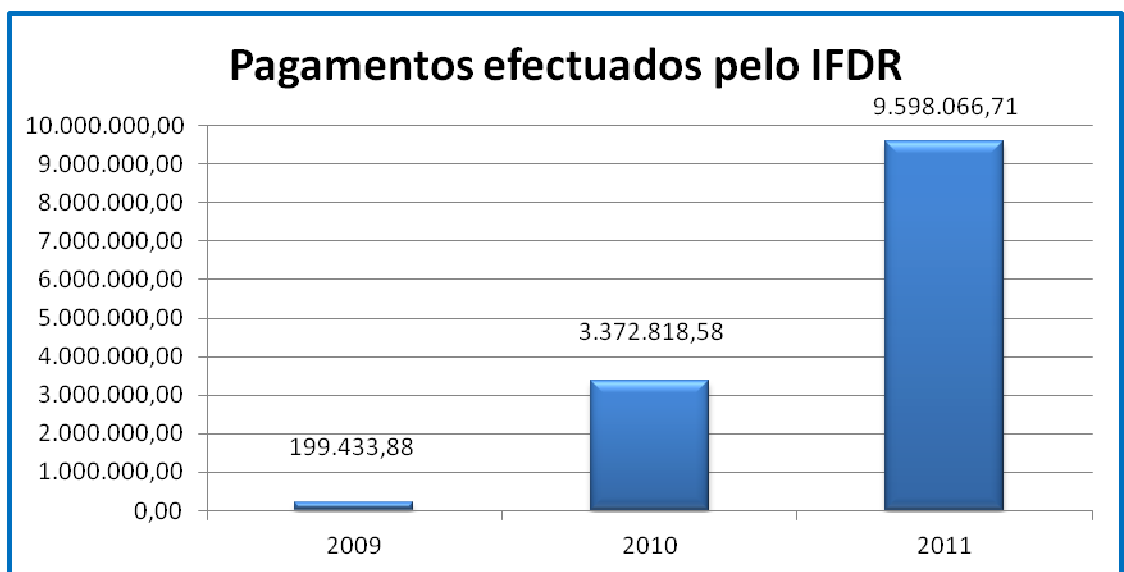
Como se pode observar pelo gráfico, a tendência da variação do nível de execução/validação foi sempre em crescendo ao longo do ano, com especial incidência no último trimestre.



Na sequência dos resultados apurados, verificou-se, por consequência, um elevado acréscimo de pagamentos aos

Municípios, o que efetivou todo o esforço conjunto realizado, refletindo, de igual modo, a já referida implementação das medidas previstas no Segundo Memorando de Entendimento.

De facto, dos mais de 13 milhões de FEDER pago aos Municípios no conjunto do triénio 2009-2011 (13.170.319,17 €), cerca de 9,5 milhões de euros reportam-se ao ano de 2011, correspondente a um incremento de praticamente 270% relativamente ao período imediatamente anterior, o que afirma a imagem deste exercício como aquele em que definitivamente foi alcançada uma dinâmica de eficácia em todos os aspetos da Contratualização.



Prevê-se, para o próximo período, não só a consolidação dos resultados apurados como a respetiva otimização dos mesmos, contribuindo, o Gabinete de Contratualização do Baixo Alentejo em articulação com o INALENTEJO, para o financiamento dos Municípios, essencial para a prossecução

dos objetivos de suporte ao desenvolvimento económico e social do território.

Considera-se que o leque de fatores acima enunciados - que contribuíram para um elevado desempenho na prossecução dos objetivos do Gabinete de Contratualização do Baixo Alentejo em 2011 - decorreram, também, da melhoria das práticas administrativas, procedimentais e regulamentares adotadas pelos Municípios em particular as relacionadas com a Contratação Pública. Deste modo, o Gabinete contribui a nível pedagógico e informativo, na prestação de apoio ao Municípios, no que concerne à disciplina do exercício das atividades e integral cumprimento da respetiva legislação reguladora.

Refira-se que, no cômputo geral, a CIMBAL registou a maior evolução relativa da taxa de execução em 2011 a nível nacional, contribuído, decisivamente, para o crescimento dos índices globais do PO regional – INALENTEJO - de 10% para 21% durante o exercício de 2011.

1.3 Candidatura à Assistência Técnica para a Gestão da Contratualização do Baixo Alentejo

A operação submetida nos termos do Cláusula 9.^a - Assistência Técnica do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global celebrado entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e CIMBAL, a operação “GABINETE DE GESTÃO DA CONTRATUALIZAÇÃO PARA O BAIXO ALENTEJO” ao regulamento específico “Assistência Técnica, Aviso de Concurso ALENT-12-2010-125, tendo como principal objetivo a gestão técnica e financeira das verbas afetas à contratualização do INALENTEJO, ao nível da sub-região do Baixo Alentejo, nos eixos e medidas suscetíveis de elegibilidade para o efeito, para o ano de 2011, foi aprovada em 11/01/2011, por deliberação da Comissão Diretiva do INALENTEJO, contando com uma taxa de cofinanciamento de 85%.

De seguida, apresenta-se a programação financeira aprovada para a operação.

COMPONENTES	INVESTIMENTO ELEGÍVEL
Equipa Técnica	170.456,58 €
Aquisição de viatura, preferencialmente híbrida ou elétrica	6.000,00 €
5 PC	1.633,83 €
1 impressora	225,45 €
7 secretárias (inclui bloco de gavetas e cadeiras)	218,75 €
7 armários	437,50 €
6 mesas de trabalho	58,50 €
7 telefones	109,38 €
3 aparelhos de ar-condicionado (1 aparelho com 24.000 BTU, Inverter e 2 aparelhos com 18.000 BTU, Inverter)	375,00 €
Consumíveis de escritório (papel, tinteiros e material diverso de escritório)	4.924,58 €
Água	203,60 €
Energia	2.112,86 €
Telefone	634,47 €
Internet	80,12 €
Limpeza e higienização	730,42 €
Deslocações e estadias	2.635,92 €
Livros e documentação técnica	500,00 €
Outros trabalhos especializados - (reparação informática, e.g.)	500,00 €
Rendas	9.600,00 €
3 ações de promoção, divulgação e debate do impacto do INALENTEJO no território e sessões públicas, em número a definir, de aprovação de operações, no âmbito da contratualização	3.000,00 €
TOTAL	204.436,95 €

Das atividades previstas apenas não foram realizadas quaisquer ações referentes a aquisição de livros e documentação técnica e Outros trabalhos especializados.

A pertinência da operação assenta na responsabilidade assumida pela CIMBAL na operacionalização da delegação de competências com subvenção global, decorrente do contrato estabelecido entre a Autoridade de Gestão do INALENTEJO e esta Associação.

Desse modo, a CIM desenvolveu, durante 2011, o trabalho no âmbito da gestão técnica e financeira das verbas e operações afetas à contratualização dos eixos e regulamentos, tendo em atenção os procedimentos previstos no *Manual de Procedimentos* e na *Descrição do Sistema de Gestão e Controlo* e considerando as alterações implementadas pelo Plano de Iniciativas decorrentes do Memorando de Entendimento num Plano de Iniciativas para Promover a Execução dos Investimento de Iniciativa Municipal.

2. Planeamento / Programa de Ações

O Planeamento constitui-se como uma prioridade do associativismo Municipal, desta forma o PIDDBE/PIDBA (Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Beja/ Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo), funcionou / funciona como instrumento que orientador em traços gerais das políticas municipais / regionais.

2.1 PIDBA – Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo

Este processo teve início na altura em que se assinalavam 15 anos sobre a implementação do PIDDBE, o qual foi promovido pela então Associação de Municípios do Distrito de Beja, o qual se constituiu como fulcral, enquanto referencial estratégico e programático no processo de desenvolvimento do espaço que abrangia – Distrito / “Alentejo”. O PIDDBE correspondeu de forma indicativa às diferentes modalidades de utilização dos recursos que sucessivamente foram sendo disponibilizados ao abrigo dos vários Quadros Comunitários de Apoio (QCA’s).

Volvidos estes 15 anos da implementação do Plano tornou-se evidente a necessidade de repensar o futuro desta sub-região do Baixo Alentejo.

O novo ciclo de reflexão e debate que a AMBAAL encetou relativamente ao desenvolvimento futuro do Baixo Alentejo, foi também alargado à sub-região do Alentejo Litoral, tendo sido inicialmente consubstanciado no documento “Contributos da AMBAAL para o Novo Modelo de Desenvolvimento do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral”, o qual foi publicado em Fevereiro de 2006 e contou com a participação activa de algumas dezenas de autores autárquicos e não autárquicos.

Em 2007, à medida que se ia clarificando o âmbito e o conteúdo do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional para o período 2007 – 2013, a AMBAAL decidiu aprofundar esse contributo inicial e lançar o PIDBA, instrumento através do qual se pretende desenhar uma Nova Estratégia de Desenvolvimento para esta sub-região (regiões de baixa densidade).

É certo que o PIDBA teve início em 2008, mas nem sempre os exercícios de planeamento ocorrem de acordo com uma sequência temporal ideal. Pois tudo isso, faz parte do processo contingencial em que o planeamento se transforma em momentos de incerteza, isto é, quando decorria o início do PIDBA teve a AMBAAL que avançar para o PTD_BA (que deveria ser o resultado do primeiro) para dar resposta ao processo de contratualização do QREN.

Posto isto, o PIDBA é constituído por vários estudos de fundamentação técnica que suportam o diagnóstico prospectivo o qual consubstancia a base a partir da qual se procederá à formulação da estratégia de desenvolvimento para o território.

Os trabalhos foram retomados em Junho de 2010, com 4 Workshops Temáticos e um Seminário Técnico que colocaram em cima da mesa os desafios das políticas públicas para o Baixo Alentejo, beneficiando de uma ampla participação das várias entidades da sub-região e região. Foi concluído no primeiro semestre de 2011, lançando as bases para o seu aprofundamento através da preparação de um Pacto de Desenvolvimento do Baixo Alentejo, com vista a preparar o documento estratégico instrutório para negociar com o Governo o novo QEREN.

Para o efeito foi constituído um Grupo de Trabalho, tendo decorrido duas reuniões preparatórias, das quais se dá conta do seu teor:

Pacto de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo

Decorreu no dia 21 de Julho, uma reunião do Grupo de Trabalho constituído pela Associação e as Câmaras Municipais de Beja, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura e Ourique.

Os trabalhos centraram-se no aprofundamento do PIDBA a consubstanciar-se num documento estratégico – Pacto de Desenvolvimento para o Baixo Alentejo, com incidência na programação do trabalho e definição de estratégias para os territórios de baixa densidade num primeiro momento, e posteriormente alargadas a toda a sub-região.

Foi referida a necessidade de criação de um documento sintético e estratégico – Pacto de Desenvolvimento, tal ideia já apresentada ao Senhor Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, em que o mesmo documento sustente a estratégia negocial para o território e sirva de base ao próximo Quadro Estratégico.

Foram identificados aspetos potenciadores da estrutura sócio-económica, tentando responder às questões: - que estrutura sócio-económica e que modelo de serviços públicos, devemos procurar implementar? Assim, foram elencados alguns contributos, ao nível dos seguintes sectores:

1. Agricultura - fileira agroindustrial, montado, ambiente e outros produtos autóctones, considerados como fundamentais para o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade. A este nível, o grupo considerou importante a interação com outras entidades com responsabilidade nesta área.

Também neste âmbito mereceram destaque a rede de comercialização dos produtos locais, o sistema de cooperativas, o empreendedorismo, a adequabilidade da

legislação (parques industriais e outros) à realidade local, entre outros aspetos portadores de desenvolvimento futuro.

2. Turismo – esta área mereceu a atenção particular do grupo de trabalho onde foram identificados alguns sectores potenciadores como a cinegética, a natureza, a ruralidade, a análise do programa LEADER/PRODER e o seu papel nestes territórios de baixa densidade.

Decorreu no passado dia 11 de Agosto a 2ª reunião do Grupo de Trabalho (estiveram presentes os representantes da AMBAAL e dos Municípios Beja e Mértola, fez-se também representar na mesma o Município de Almodôvar), subordinada ao aprofundamento dos temas já iniciados na 1ª reunião, designadamente: Agricultura, Agro-indústrias, Ambiente, Energia, Turismo e outros sectores associados, bem como os apoios comunitários para o desenvolvimento de projetos nestes territórios de baixa densidade (LEADER / PRODER).

Neste sentido, compareceram algumas entidades convidadas como a ARECBA, Turismo Alentejo, ADRAL e Associações de Desenvolvimento Local que contribuíram através da sua e experiência e conhecimento, designadamente:

ARECBA - Verificou-se a necessidade de um projeto integrado, relativamente às energias renováveis, identificar claramente os investimentos associados à produção de

energia e investimento a montante e a jusante, criação de empresas ligadas à produção, como já acontece, por exemplo em Moura. Importa perceber que outro tipo de investimentos ao nível da produção de componentes podem vir para a sub-região e qual a sua localização.

Quanto à eficiência energética deverão ser identificados os contratos que existem com a EDP, para que se proceda a uma renegociação e obrigar esta à sua responsabilização.

Ainda dentro da eficiência energética, a saber questões mais concretas de micro e mini geração – perceber que tipo de políticas públicas, podem ser solicitadas a este nível, num território tão disperso e de tão baixa densidade, podendo haver o uso dos PT (posto de tensão) nas pequenas localidades, bem como outras valências. Importa aprofundar a biomassa podendo esta dar um contributo para a produção de energia elétrica no território.

ADRAL / ADL's - Fizeram o balanço do LEADER/PRODER, bem como de outros programas comunitários, referindo que a perda de autonomia, a excessiva burocracia e a dificuldade na elegibilidade das candidaturas, não têm ajudado as Associações de Desenvolvimento Local. Contudo, há aspetos positivos, isto é, sobretudo a abrangência de áreas no programa.

Quanto às dificuldades de modelo cooperativo e outras formas de associativismo, referiram os responsáveis que a economia social é fundamental para o desenvolvimento dos território, mas para tal há que ousar, para trazer as pessoas de volta. Consideraram que as comunidades portuguesas poderiam ser importantes para acolher os produtos locais. Para tudo isto há necessidade de continuar a contar com os apoios comunitários, tendo estes produtos de ser sempre vistos numa perspetiva integrada.

O empreendedorismo local e a política de fiscalidade (discriminação positiva), mereceram destaque e poderão ser considerados elementos fundamentais para promover a sustentabilidade territorial.

Turismo Alentejo - No que concerne às políticas públicas necessárias para a área do turismo e sobretudo para quer esta cresça estruturalmente, o responsável referiu que o turismo é de qualidade, deve ser visto numa perspetiva integrada – natureza, património, cultura e ainda praia.

A estrutura do turismo é baseada em pequenas empresas do tipo familiar e não parecem ser afetadas pela crise, o mesmo já não acontece com os grandes empreendimentos, que estão a passar por grandes dificuldades.

No que às políticas e estratégias de apoio às pequenas empresas diz respeito, convém saber que é sobretudo o

turismo interno o elemento mais relevante para a sustentabilidade destas, ainda assim começa a denotar-se uma ligeira quebra, neste tipo de turismo. Nesse sentido são necessárias, cada vez mais linhas de apoio a estes empresários e não só aos grandes empreendimentos.

O interveniente reportou-se ainda à importância do Aeroporto de Beja no sector do turismo e aludiu às dificuldades em financiar os voos charter, sendo necessário apoios comunitários para fazer face a este tipo de despesas. Estão em curso as negociações para manter as ligações com a Inglaterra e criar uma nova para a Holanda.

As questões de classificação de lugares / vilas (por exemplo Mértola), a Património da Humanidade serão muito importantes para o turismo, bem como a navegabilidade do Guadiana, com vista a trazer Barcos Hotel para Mértola, serão altamente qualificativos para o desenvolvimento do sector nestes territórios.

Em síntese, questões de energia, do turismo e dos apoios comunitários nos territórios de baixa densidade foram abordados nesta reunião, no sentido de encontrar soluções capazes de aumentar a riqueza, e elevar a sustentabilidade territorial.

2.2 PTD_BA - Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo / Programa de Acções

Por força do QREN e da necessidade de existência de um Programa Territorial de Desenvolvimento para suportar a contratualização (cujo contrato de subvenção global foi assinado em Dezembro de 2008 em Estremoz), eis que emerge um novo ciclo também marcado pela possibilidade de pela primeira vez estarem criadas as condições político-institucionais para se proceder à contratualização com subvenção global entre a autoridade de gestão do novo Programa Operacional Regional do Alentejo (INALENTEJO) e as Associações de Municípios / CIM.

Estas condições estão definidas no Decreto-Lei nº 312/2007 e nas subsequentes deliberações e orientações emanadas pela tutela e pela Autoridade de Gestão do INALENTEJO, traduzindo-se em novas responsabilidades por parte da AMBAAL / CIMBAL, as quais correspondem a uma ambição que remonta aos anteriores quadro comunitários.

O PTD_BA é neste contexto um instrumento através do qual a AMBAAL formaliza a visão de conjunto dos Municípios do Baixo Alentejo para o desenvolvimento deste território, que obviamente tem vindo a sofrer profundas alterações desde o início da sua conclusão em Maio de 2009.

3. Informação / Comunicação e Promoção

Na era das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação, estar informado, constitui não só um direito, mas também um dever, pois é condição essencial ter acesso às oportunidades e conseqüentemente ao desenvolvimento.

A CIMBAL preparou todo o processo conducente à criação de uma página na Internet com vista à divulgação do trabalho desenvolvido, informar as suas associadas de todas as fontes de financiamento disponíveis, bem como de outros elementos de importância relevante para os Municípios, a qual deverá estar concluída no final do 1º trimestre de 2012.

A participação na OVIBEJA 2011, serviu para divulgar o trabalho desenvolvido no âmbito do QREN e promover o território, através das suas potencialidades e contribuir para a captação de investimentos – Stand Promocional da CIMBAL.

4. Outras iniciativas supramunicipais

Em termos de iniciativas supramunicipais foram desenvolvidas as seguintes atividades:

Projetos/Estudos

Plano Diretor da Rede de Serviços e Transportes Públicos do Baixo Alentejo

O Conselho analisou e discutiu a possibilidade de avançar com a elaboração de um Plano Diretor da Rede de Serviços de Transporte Público do Baixo Alentejo, Tendo como pontos principais: - Organização do Transporte Público em Portugal e os Problemas de Transporte Público no Baixo Alentejo.

Sobre este assunto, Conselho aguarda decisão por parte das Câmaras sobre o interesse em avançar com o referido estudo no próximo ano.

Central de Compras Eletrónica Intermunicipal

A Central de Compras Eletrónica visa promover a eficiência e a eficácia, a transparência e redução de custos de aquisição para as autarquias, permitindo a articulação com o órgão responsável pela centralização das compras a nível nacional, ANCP – Agência Nacional de Compras Eletrónicas. Para saber do interesse foram auscultados os Municípios, bem como para a indicação das áreas mais pertinentes.

Por deliberação da Assembleia Intermunicipal da AMBAAL este processo passou para a CIMBAAL. Para o efeito, auscultaram-se os municípios sobre a importância de avançar com o referido processo.

Eficiência Energética em Iluminação Pública

Alguns municípios avançaram com candidaturas isoladas ao INALENTEJO. Contudo, foi constituído um grupo de trabalho composto por Almodôvar, Beja, Serpa e a ARECBA, que ficou incumbido de preparar uma proposta com vista a uma eventual candidatura, o que não se verificou em 2011.

Rede de Fibra Ótica de Nova Geração

As Redes de Nova Geração em Fibra Ótica pretendem proporcionar serviços de telecomunicações muito mais rápidos, assim permitindo aos seus consumidores a adesão a serviços tecnologicamente inovadores e respetivos produtos.

Neste sentido foram auscultados os Municípios no sentido de se pronunciarem quanto à existência ou não de cobertura em rede de fibra ótica sob a alçada do município e quais os locais prioritários, pontos de acesso, plantas, entre outros, para serem ligados futuramente.

Assim foi efetuado um levantamento que se encontra na posse da ADRAL, entidade que está a mediar o processo com a DST TELECOM. Também foi efetuada uma reunião com as

entidades detentoras de fibra ótica, por forma a haver convergência de sinergias.

Outras Atividades

Os órgãos da CIMBAL – Conselho Executivo e Assembleia Intermunicipal promoveram um conjunto de iniciativas (tomadas de posição, nota de imprensa, moções e reuniões), sobre os seguintes temas:

– Ligação ferroviária direta Beja – Lisboa –

Não desistir da luta pela exigência da eletrificação e ligação direta entre Beja e Lisboa porque assim estamos a defender o presente e o futuro da Região; - Defender a manutenção da ligação ao Algarve via Funcheira; - Lamentar o resultado da votação na Assembleia da República do que era “apenas” uma recomendação ao Governo; - Exigir do Governo e da CP uma nova e positiva atitude e a consideração em próximo Plano de Atividades destas reivindicações de toda a região, assumindo, de facto, a enorme importância que estas têm para a qualificação e desenvolvimento do Distrito de Beja.

Esta Moção foi enviada ao Presidente da República, Primeiro-Ministro, Presidência da Mesa da Assembleia da República, Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Presidente do Conselho de Administração da CP, Grupos Parlamentares e órgãos da comunicação social regional e nacional.

– Projetos Estruturantes - Aeroporto de Beja, IP8, IP2 e Alqueva

Face à situação em que se encontram os projetos estruturantes da região, designadamente o Aeroporto de Beja o IP8, o IP2 e Empreendimento de Fins Múltiplos do Alqueva, o Conselho Executivo deliberou solicitar audiências ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e à Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Alqueva

Com o objetivo de envolver as entidades representativas da Região, na necessidade conjunta, de ver clarificados todos os aspetos associados a esta infraestrutura, promoveu-se uma reunião que teve lugar no dia 25 de Novembro, para a qual foram convidadas – o NERBE, a ACOS, a FAABA, a Turismo Alentejo, a Associação do Comércio, Serviços e Turismo do Distrito de Beja e o Instituto Politécnico de Beja.

O Conselho deliberou ainda tomar outras medidas, caso não haja resposta ou não sejam marcadas em tempo oportuno as audiências solicitadas, e após audição das entidades representativas da região.

Aeroporto

Após várias insistências da CIMBAL com vista à deslocação a Beja do Senhor Secretário das Obras Públicas Transportes e Comunicações, este esteve em Beja no dia 19 de Dezembro,

para uma reunião de trabalho sobre o Aeroporto, com as Câmaras Municipais e agentes regionais, mas cuja organização coube à Assembleia Distrital de Beja.

Esta reunião aguardou-se com grande expectativa, com vista ao esclarecimento por parte daquele membro do Governo, sobre a posição relativamente à situação atual e futura deste importante projeto, como também, sobre o processo de extinção da EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja.

Orçamento de Estado para 2012

Sobre a proposta de Lei do Orçamento de Estado (OE) para 2012, na sequência da tomada de posição da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portugueses o Conselho e a Assembleia tomaram posição sobre o assunto.

Neste âmbito, foram solicitadas Audiências às seguintes entidades: - Presidente da República; - Primeiro-Ministro; - Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública (realizada em 22/11); - Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local; - Grupos Parlamentares – PS - PSD - CDS-PP - PCP – BE – PEV.

O documento foi ainda enviado para conhecimento à Comunicação social, às Câmaras Municipais e Membros da AI da CIMBAL.

Sessão de Esclarecimento sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012

O Conselho Executivo em reunião de 14 de Novembro por considerar a presente proposta de Lei como “desastrosa para as autarquias e populações que representam”, deliberou chamar a Beja os funcionários e eleitos dos Municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo, para lhes explicar as implicações que o mesmo vai ter nas autarquias e nas suas vidas, promovendo uma sessão de esclarecimento que teve lugar no dia 28 de Novembro, em Beja.

- Associativismo Municipal

Com vista a dar resposta à Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre a posição da CIMBAL no que concerne à transferência de competências de serviços desconcentrados do Estado e competências dos Municípios para as Comunidades Intermunicipais, mereceu as seguintes observações:

O “Documento Verde da Reforma da Administração Local”, apresentado pelo Governo, num dos seus eixos reporta-se à “Gestão Municipal, Intermunicipal e Financiamento”, neste âmbito importa saber claramente quais serão efetivamente as competências que tem viabilidade e adequabilidade para passarem para as CIM. Apesar destas competências já estarem plasmadas na lei 45/2008, de 27 de Agosto, no nº 2 do artº 5º. Também o nº 3 do mesmo artigo, refere que “*cabe*

as CIM exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram”. Terá sido este espírito que esteve na base da elaboração do documento acima referenciado.

Trata-se de uma estratégia que deve ser profundamente discutida entre as partes envolvidas, pois se a filosofia que animou a proposta teve em mente a redução de custos e aumentar as sinergias, deverá haver um proporcional acompanhamento financeiro às eventuais competências a transferir, sob pena de se aumentar ainda mais os desequilíbrios entre territórios.

Do eventual rol de competências a transferir do Estado para as CIM, poderiam situar-se sobretudo, ao nível da articulação e planeamento, devendo incidir nalgumas áreas cruciais para o desenvolvimento regional, como por exemplo a mobilidade e transporte, o ordenamento e planeamento do território, a proteção civil, entre outras que se afigurem relevantes e que mereçam acordo entre as partes.

As atribuições e competências a transferir dos Municípios para as CIM, neste caso concreto, poderão enquadrar-se essencialmente, ao nível da articulação e planeamento, nalgumas situações. Noutros casos, consoante as especificidades poderão eventualmente incidir na gestão e execução, se essa for a vontade dos municípios envolvidos,

por exemplo, proteção civil, resíduos sólidos, entre outras a considerar na discussão entre os municípios.

Para além destes aspetos de grande importância para o debate sobre o associativismo municipal, há outro, que se articula com estes, que é o financiamento. Importando aqui abrir o debate afim de clarificar um conjunto de inquietações, designadamente: a relação decorrente da Lei do Enquadramento Orçamental pode criar constrangimentos à aplicação da Lei das Finanças Locais; as questões do endividamento municipal e as exceções aos limites de endividamento no cofinanciamento QREN; o IVA, IRS, IRC; participação nas receitas públicas, os problemas associados aos recursos públicos/corrige desigualdades?; aspetos de gestão patrimonial e financeira dos municípios, entre outros. Neste campo, há um conjunto de questões que importa discutir abertamente com todos as partes intervenientes e negociar claramente, por forma a fomentar o desenvolvimento do Baixo Alentejo e não permitir que as propostas/medidas fomentem as assimetrias territoriais.

Reuniões

Ordem dos Advogados - Novo Mapa Judiciário – O Conselho Executivo recebeu no dia 11 de Julho o Bastonário da Ordem dos Advogados e representantes da Ordem.

Decorrente daquela reunião foi solicitada aos Municípios informação acerca das eventuais alterações a ocorrer na área da Comarca, decorrentes do novo Mapa Judiciário.

Informação que será avaliada em conjunto com a Ordem dos Advogados.

Criação de Serviço/ Canal de Apoio - O Conselho aprovou uma proposta com vista ao estabelecimento de um protocolo com a Ordem no sentido de criar um serviço / canal de apoio e encaminhamento de processos judiciais dos Municípios e neste sentido foram igualmente auscultados os Municípios por forma a saber do interesse e desencadear o processo.

5. Contas

Beja, 13 de fevereiro de 2012

O CONSELHO EXECUTIVO

